

**PSICANÁLISE E DECOLONIALIDADE: uma revisão integrativa de onde  
estamos e para onde ir?**  
**PSYCHOANALYSIS AND DECOLONIALITY: an integrative review of where  
are we and where to go?**

George Miguel Thisoteine<sup>1</sup>  
Matheus Faria Ferreira<sup>2</sup>  
André Luiz Gellis<sup>3</sup>

**RESUMO:** A crítica da psicanálise sobre o sujeito cartesiano, estabelecido na ciência moderna, constitui parte da sua capacidade de criar a partir da dúvida e da falta uma afinidade inicial com os estudos pós-coloniais e decoloniais. Por outro lado, a psicanálise, sendo também um produto da modernidade eurocêntrica, carrega consigo marcas da colonialidade. Essas marcas provocam impasses epistêmicos e limitações que podem ser observadas historicamente na atuação dos analistas quando confrontados com a alteridade que fora ignorada na formulação teórica que baseiam suas práticas. Diante dessas inquietações, esse estudo qualitativo de tipo descritivo-exploratório, apresenta uma revisão integrativa de literatura onde foram mapeadas correntes de pensamento significativas que se esforçam em promover um avanço da psicanálise, em interlocução com outros saberes, para que esta se torne sensível ao contexto sociopolítico e seja capaz de oferecer um serviço ético para as subjetividades que historicamente marginalizou.

**Palavras-chave:** Psicanálise; Decolonialidade; Teoria Psicanalítica.

**ABSTRACT:** The psychoanalytic critique of the Cartesian subject, as established within modern science, is part of its capacity to produce, from doubt and lack, an initial affinity with postcolonial and decolonial studies. At the same time, psychoanalysis, as a product of Eurocentric modernity, carries with it marks of coloniality. These marks give rise to epistemic impasses and limitations that can be historically observed in psychoanalytic practice when analysts are confronted with forms of alterity that were disregarded in the theoretical formulations underpinning their work. In light of these concerns, this qualitative, descriptive-exploratory study presents a integrative literature review mapping significant strands of thought that seek to advance psychoanalysis, in dialogue with other fields of knowledge, so that it may become more sensitive to the sociopolitical context and capable of providing an ethical response to subjectivities it has historically marginalized.

**Key-words:** Psychoanalysis; Decolonality; Psychoanalytic Theory.

## INTRODUÇÃO

Michel Foucault (1984/2011) em entrevista discute que ao encontrar no problema histórico sobre as condições pelas quais o sujeito busca a verdade foi necessário considerar o tema do sexual para estabelecer modos de organização acerca de como a sexualidade foi

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação de Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem – UNESP/Bauru. E-mail: [george.thisoteine@unesp.br](mailto:george.thisoteine@unesp.br)

<sup>2</sup> Graduando em Psicologia – UNESP/Bauru. E-mail: [matheus.f.ferreira@unesp.br](mailto:matheus.f.ferreira@unesp.br)

<sup>3</sup> Doutor em Psicologia – UNESP/Bauru. E-mail: [andre.gellis@unesp.br](mailto:andre.gellis@unesp.br)

utilizada para regular o acesso à verdade ao sujeito e com isso o controle do próprio prazer e do corpo.

Essa constatação surgiu de todo um projeto de investigação motivado sobre como a modernidade criou modos de regulação profundos ao acesso à verdade, motivo pelo qual Foucault (1984/2011) explicita ter sido necessário o desenvolvimento das ideias de disciplina, controle, dispositivo e repressão; ideias-ferramentas que permitiram investigar às formas como a verdade, a sexualidade e até a liberdade passam a estar entrelaçadas após o século XIX. Foucault (1981/2011), em outra entrevista intitulada “Lacan, o ‘Libertador’ da psicanálise”, não se espanta em constatar a aproximação do campo sexual com a liberdade, uma vez que o segundo seja um tema caro à modernidade não o seria menos importante para o controle sexual e até que disciplinas como a psicanálise tenham desenvolvido em seu percurso discursos sobre a liberdade.

O tema da *liberdade sexual* aparece em alguns textos da obra psicanalítica de Sigmund Freud (1908/1996); dos quais o artigo “Doença nervosa moderna e Moral sexual civilizada” possui uma importância particular, pois nele Freud trabalha diretamente sobre a liberdade sexual a partir das relações da neurose com a moral religiosa e a repressão do desejo sexual. Em diálogo a essas constatações, Freitas (2024) também levanta a hipótese de que haveria em Freud uma chave para extrair um tipo de determinação social – na validação ou realização – para a liberdade sexual; o que de outro modo Foucault (1981/2011) assume estar no próprio problema da organização do conhecimento moderno, onde surge para ele a questão: “Como explicar que o homem moderno busca sua verdade em seu desejo sexual?” (p. 332), desejo esse constatado ontologicamente reprimido já por Freud (1908/1996). Um paradoxo, que para Foucault (1981/2011) se resolve pela empreitada intelectual realizada principalmente pelo psicanalista francês Jacques Lacan ao separar o Sujeito do Eu.

O tema da liberdade também surge para Lacan em diversos momentos, pode-se destacar em 1961 onde (Lacan, 1960-61/2010) é dito que o sujeito é discursivo antes de biológico, assim como determinado e dependente do desejo simbólico, ou seja do Outro<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> “Aula XIII: Crítica da contratransferência” (8 de março de 1961). Nessa aula, diz Lacan: “a definição do desejo como o desejo do Outro” (p. 227).

Um ano antes Lacan (1959-60/2008)<sup>5</sup> também problematiza a liberdade do psicanalista ao exercer a técnica e compara as atrocidades que podem ser produzidas no campo do sexual e da fantasia como no desprazer de lambuzar-se em mel, durante um café da manhã na cama. Já em 1964, Lacan (1964/1998) retomando o seu escrito feito para o congresso de Bonneval aborda a relação da posição do psicanalista com o conceito de inconsciente e diz: “Esta preocupação não é política, mas técnica. Decorre da seguinte condição, estabelecida por nossa doutrina: os psicanalistas fazem parte do conceito do inconsciente, posto que constituem seu destinatário” (p. 848). Com isso, não se deve entender a psicanálise como a-política<sup>6</sup>, mas que é a partir dela que se pode observar a disjunção do sujeito com o outro, de onde se apreende a relação de referência ao desejo do inconsciente. E isso define a importância da prática psicanalítica em relação ao sujeito, por que justamente seu compromisso é com o seu aparecimento. Até por isso a crítica de Lacan (1964/1998) retoma até na ideia da colônia para enfatizar que lá há também sujeito, causado pela linguagem e tão verdadeiro pela fala como qualquer outro

A psicanálise é convidada, quando retorna ao seio da “psicologia geral”, para sustentar o que merece ser denunciado, apenas ali e não nos ermos das extintas colônias, como mentalidade primitiva. Pois o tipo de interesse a que a psicologia serve em nossa sociedade atual, e do qual demos uma idéia, tira proveito disso. (p. 846)

Por esse caminho, a questão da liberdade sexual pode ser vista como ligada a presença ou as condições e contextos de surgimento do sujeito e da fala. Michel Foucault (1984/2011) dá ênfase que seu projeto buscava trabalhar a ideia de modos de subjetivação, ou seja, quais os modos possíveis de busca pela verdade e da produção de subjetividades por meio do sujeito e dos atos de discurso que o fazem emergir. Contudo, o próprio Foucault (2024) ao constatar a construção histórica de relações discursivas que produzem jogos de verdades sobre o sexo reconhece o funcionamento do dispositivo psicanalítico como dependente tanto do desejo, como da relação que dele decorre (analista-analisando).

<sup>5</sup> Aula II: Prazer e realidade (25 de novembro de 1959).

<sup>6</sup> O tema entre ética e política é extensamente tratado por Lacan (1959-60/2008) ao longo do Seminário 7 e mesmo no escrito, de Lacan (1958/1998) “Direção do tratamento e os princípios de seu poder”, onde é proposta uma posição política para o psicanalista.

Ora, essa constatação antes de ser feita por Foucault, pertence historicamente à tradição de psicanalistas, como do próprio Freud e de Lacan, que problematizam relações de subordinação e subalternização como impasses da técnica e da epistemologia psicanalítica. Nesse sentido, teóricos como Jacques Derrida (2001) e Gayatri Spivak (2010) são representantes de movimentos intelectuais que se apropriaram dos debates psicanalíticos sem deixar de dar ênfase para a relevância e a autonomia que a própria psicanálise possui em suas investigações acerca do inconsciente, mas que reconhecem no trabalho do psicanalista um ponto de subversão entre a verdade e o sexual pertinentes aos debates e estudos pós-estruturalistas e pós-coloniais. Por isso também, esses autores, assim como Michel Foucault (1981/2011), dão ênfase em como a psicanálise ao lidar com o inconsciente estará alinhada à subversão daquilo que o tempo cristaliza (como a consciência e a moral) acima de outras teorias de seu tempo. Assim, esse trabalho, alinhado com o entendimento de que a psicanálise possui um campo de diálogo com as teorias críticas contemporâneas, tais como a decolonial, pós-colonial e pós-estruturalista, busca encontrar o estado de produção técnica-acadêmica psicanalítica entre os possíveis diálogos que a psicanálise e essas teorias possuem no âmbito teórico-clínico.

## 1. MÉTODO

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, de caráter descritivo-exploratório (Sampieri; Collado; Lucio, 2013), construído a partir de um corpus coletado através de uma revisão integrativa de literatura científica na produção brasileira e publicada em português. Foram realizadas buscas na base de dados “Periódicos CAPES” combinando o descritor “Psicanálise” sucessivamente com “decolonialidade”, “decolonial”, “decoloniais”, “colonialidade”, “decolonizar”, “descolonizar”, “pós-colonial” e “pós-coloniais”. Foram encontrados 54 artigos no total, dos quais 13 foram descartados como repetições.

Na fase de pré-análise, estabeleceu-se o critério de que seriam incluídos na revisão somente artigos científicos, em língua portuguesa, de acesso aberto na Comunidade Acadêmica Federada (CAFE), publicados entre 2010 (ano da primeira publicação encontrada) e 2025. A partir disso, 6 materiais foram excluídos por não serem artigos científicos, 4 artigos foram excluídos por estarem em plataformas de acesso fechado e 3

artigos foram excluídos por estarem disponíveis apenas em inglês e em revistas estrangeiras, ainda que produzidos por autores brasileiros. Ao final, restaram 28 artigos dentro dos critérios de busca que compõem a amostra final da revisão realizada. Após a leitura integral de todos os 28 artigos selecionados, ainda foram excluídos 3 artigos. Apesar de os artigos respeitarem os critérios de inclusão, seus temas abordam a relação entre psicanálise e decolonialidade de forma tangente e por isso foram excluídos do grupo final de 25 artigos. Diante dessa amostra, e da leitura na íntegra de todos os artigos, foi realizado um levantamento semântico de temas a partir das passagens coletadas nos artigos que abordassem os temas sobre decolonialidade, pós-colonialidade e afins de modo que esses registros permitiram realizar um agrupamento que antecedeu e estruturou à categorização. Foram levantados diversos temas como: ‘mitologia’, ‘política’, ‘técnica psicanalítica’, ‘desobediência epistemológica’, ‘questões éticas’ entre outros.

Em seguida, procedeu-se com um critério de categorização dos temas, em um procedimento ‘por acervo’, onde o sistema de categorias resulta da classificação analógica e progressiva dos elementos semânticos coletados de modo a aplicar o princípio de homogeneização (Bardin, 2011) aos resultados produzindo 3 categorias mutuamente excludentes, sendo elas: 1. ‘Os limites de uma posição conservadora na psicanálise’; 2. ‘Os impasses epistêmicos diante da alteridade’; e, 3. ‘Alternativas ético-decoloniais para prática psicanalítica’. Ainda, a fim de discutir os resultados encontrados à luz dos temas levantados e ressaltando a intertextualidade na amostra seguiu-se a perspectiva de Markoni e Lakatos (2022) de modo a expandir o espaço de discussão para além do que foi categorizado, incluindo as sinergias e dissonâncias encontradas nos discursos acadêmicos da amostra de artigos buscando tensionar as relações entre Psicanálise e Decolonialidade.

## **2. RESULTADOS E DISCUSSÃO: Os limites de uma posição conservadora na psicanálise: opiniões**

A disputa entre os projetos de uma psicanálise, que poderia ser chamada de ‘universal’ contraposta a uma psicanálise ‘situada’, é extenso (Salaberry; D’Agord, 2023; Ayouch, 2023). Para melhor exploração dos argumentos, é necessário situar à qual psicanálise conservadora e universalizante a crítica dos estudos decoloniais se opõe. Um episódio

histórico que marca a erupção desse debate na contemporaneidade foi a publicação de uma carta aberta no jornal *Le Monde*, assinada por 80 psicanalistas e intelectuais, fazendo graves acusações ao que consideravam ‘uma obsessão de certos grupos com a própria identidade’ que ‘estariam corrompendo o reconhecimento da alteridade e a defesa da universalidade’ (Salaberry; D’Agord, 2023, p. 1409). Esse documento dá forma ao movimento que denomina-se “conservador” dentro da psicanálise, caracterizado por sua resistência em relação à participação dos estudos decoloniais e identitários na construção e atualização do saber psicanalítico.

Essa carta obteve uma resposta igualmente significativa. Em uma carta assinada por mais de 150 intelectuais e psicólogos, uma posição diametralmente oposta é assumida propondo que “é papel da disciplina psicanalítica trabalhar para conhecer a diversidade do corpo social em que está inserida, buscando suas múltiplas determinações e narrativas ao invés de negá-las ou atacá-las” (Salaberry; D’Agord, 2023, p. 1410). Não obstante, sobre a crítica dirigida à interlocução com pautas identitárias, alerta-se sobre sua potencialidade em agir como um instrumento alienante de recusa da diferença (Maniglia; Porchat, 2024).

Recusar a identidade em nome da alteridade, da diferença e da singularidade, hoje, é ignorar que se trata, com o recurso a significantes identitários, justamente de afirmar diferenças secularmente denegadas por discursos pseudo-desidentitários que relativizam a cor da pele pela afirmação de uma mestiçagem generalizada e despistam a violência de gênero através de uma suposta libertinagem carnavalesca (Rivera, 2020 *apud* Maniglia; Porchat, 2024, p. 164).

Salaberry e D’Agord (2023) oferecem a expressão “aqui há dragões” para descrever o tom de alerta dessa carta, fazendo alegoria aos tempos em que as cartografias utilizadas pelos navegantes eram preenchidas de criaturas fantasiosas terríficas, justamente nas bordas que representavam o limite e o perigo do desconhecido dos mares e terras ainda inexplorados. As autoras incluem também a obra *O Eu Soberano*, de Élisabeth Roudinesco, por agir ‘denunciando os perigos de um suposto identitarismo’ (p. 1412), como referência nessa direção conservadora de pensamento dentro da psicanálise. A carta foi alvo de uma ampla crítica por parte de um movimento heterogêneo oposto que aponta para os impasses negligenciados e levanta possibilidades de superação (Salaberry; D’Agord, 2023, Ayouch, 2023).

Um desses impasses se manifesta nas duras críticas tecidas ao trabalho do psicanalista francês Charles Melman, sobretudo na obra em que ele propõe uma interpretação psicanalítica do processo de subjetivação dos povos colonizados, articulado a noções psicopatológicas e a teoria dos discursos de Jacques Lacan. Segundo Basso e Weinmann (2019), ao enunciar a verticalização do discurso como uma inscrição imutável na enunciação e imobilizante da discursividade do colonizado, Melman ergue “barreiras ao reconhecimento da alteridade de distintas maneiras de formação simbólica e à criação de alternativas para lidar com o que surge de novo, seja no campo da clínica ou da cultura contemporânea.” (p. 146) infundadas na “inutilidade existente na busca para enquadrar o Brasil em alguma estrutura, como se isso permitisse prever algum futuro, ter uma ilusão de compreensão racional da violência” (Chnaiderman, 2005, p. 79 *apud* Basso, Weinmann, 2019, p. 143).

### **3. OS IMPASSES EPISTÊMICOS DIANTE DA ALTERIDADE: MITOLOGIA, EPISTEMICÍDIO E POLÍTICA**

Existe um relativo consenso na amostra analisada de que a psicanálise, enquanto produto da modernidade, carrega consigo marcas da colonialidade (Ayouch, 2023; Sousa-Duarte; Moraes, 2024; Sevalho; Dias, 2022; Bassan; Drehmer, 2023; Gondar, 2024; Martins, 2020). Um dos principais expoentes dos estudos decoloniais latino-americanos, o argentino Walter Dignolo, inclui a psicanálise e o marxismo em uma primeira onda de críticas à modernidade, que em sua visão “denunciaram o projeto iluminista moderno sem, contudo, considerar de maneira explícita e prevalente sua dimensão colonial” (Savi; Perelson, 2023, p. 4). Mais especificamente, um dos objetos de crítica da psicanálise dentro do projeto iluminista e da modernidade é justamente a centralidade/primazia da razão como objeto de estudo e pensamento da época.

Também é de ampla aceitação a ideia de que o projeto colonial produz um tipo de violência epistemológica, o qual impõe hierarquia aos saberes e, conseqüentemente, instituindo um poder que age marginalizando e privando certas vozes do processo de construção simbólica do saber dominante, tido como ‘verdadeiro’ ou ‘científico’ e se reafirmando na negação de saberes tidos como ‘periféricos’ ou ‘primitivos’ (Ayouch, 2023;

Basso; Weinmann, 2019; Osman, 2024; Fuks; Farias, 2023; Salaberry; D'Agord, 2023; Ba-Moura, 2023; Guerra *et al.*, 2021; Gondar, 2024; Guerra, 2024).

No cenário brasileiro, a persistência da violência colonial na produção do saber psicanalítico produz apagamentos e leva ao pouco reconhecimento de obras importantes de autoras como: Lélia Gonzalez, Neusa Santos, Isildinha Nogueira, Virgínia Leone Bicudo e tantos outros que contribuíram em temas extremamente pertinentes à realidade brasileira (Guerra *et al.*, 2021). As consequências deste epistemicídio, das quais a psicanálise não pode se esquivar, levam a impasses epistemológicos e limites de uma ciência que se propõe a escutar o sofrimento de um 'sujeito universal' apolítico. O homem europeu ocupa esse lugar de sujeito oculto de

Passaporte forte (...) que não suporia em si nenhuma determinação geopolítica por não encontrar obstáculos a seus agenciamentos (...) entendendo-se como agente histórico e como aquele que toda a tradição teórica e filosófica toma como interlocutor (...) outorgando a si o direito de falar em linguagem neutra, em nome de uma posição universal (Savi; Perelson, 2023, p. 6).

As lacunas provocadas por este epistemicídio logo se revelam. Mollica e Galdino (2023), em um relato sobre uma visita a uma tribo yanomami na região de Ilhéus que lutava para recuperar suas terras, afirmam categoricamente “é nítida a nossa percepção de que nossa prática, bem como nossa teoria, é colonizadora, branca e desatualizada para lidar com as questões que eles estão enfrentando” (p. 6). Os yanomami concebem os sonhos como um acontecimento real que permeia e constitui a vida daquela comunidade, sendo a prática de compartilhá-los entre amigos e figuras de autoridade muito comum, o sentido encontrado no sonho prediz acontecimentos naturais e prescreve decisões (Mollica; Galdino, 2023). Um problema epistemológico surge: como podemos trabalhar os sonhos em uma comunidade que, antes mesmo da psicanálise existir, já possuía sua forma de transmiti-los, interpretá-los e significá-los?

Bassan e Drehmer (2023) trazem um questionamento parecido, ainda que por outro ângulo, enfatizando a importância dos mitos na gênese da teoria psicanalítica, para questionarem se a comum escolha pelo panteão grego para representar conceitos-chave na psicanálise seria a única escolha possível. Para os autores, a mitologia Iorubá oferece uma

cena, com Ogum e seus pais, que apresenta semelhanças e diferenças em relação ao mito de Édipo. Ambos os mitos compartilham entre si o episódio incestuoso e a peregrinação do protagonista, ainda que, no primeiro caso, Ogum recue diante do pai e não cometa o parricídio, ele é condenado por essa figura paterna a vaguar pelas estradas ajudando os viajantes (Bassan; Drehmer, 2023). Essas ressonâncias e dissonâncias entre as diferentes produções mitológicas levantam uma questão: Pode-se considerar os enredos míticos gregos como constituintes universais? Ou trata-se de uma hierarquia de saber de um povo sobre outro? (Bassan; Drehmer, 2023).

A sociedade Iorubá também apresenta uma perspectiva interessante sobre questões de gênero, onde categorias de ‘homens’ e ‘mulheres’ eram inexistentes e, logicamente, inoperantes na constituição da hierarquia social que, por sua vez, se baseava na senioridade dos membros e não em uma marcação de sexo biológico (Maniglia; Porchat, 2024). Também utilizando a constelação mitológica de matriz africana, Tietboehl e Poli (2023) citam o provérbio ‘Exu matou um pássaro ontem com uma pedra que atirou hoje’ (p. 1459) para questionar as implicações da diferença nas concepções de temporalidade em diferentes sociedades. Contrastando a modernidade europeia às religiões de matriz africana, os autores problematizam a capacidade de escuta de uma ciência gestada no primeiro cenário diante da alteridade de um povo formado no segundo (Tietboehl; Poli, 2023).

Um dos exemplos mais graves desse epistemicídio na base da cultura brasileira se deu na constituição do português brasileiro, através do apagamento do *pretuguês* denunciado por Lélia Gonzalez (Chaves; Cestari; França, 2023). Esse apagamento ocorre dentro de um processo de extermínio de um universo de mais de 400 línguas, de origem indígena e africana, que eram praticadas no Brasil Colônia (Guerra, 2024). “Como não haveriam efeitos inconscientes, se o inconsciente é estruturado como uma linguagem?” (Guerra, 2024, p. 12). Lélia Gonzalez propõe como um sintoma social de cunho neurótico o não reconhecimento do *pretuguês* e da figura da mãe preta na constituição social brasileira, valorizando o significante *denngo* como uma forma de recuperar a memória das inscrições afetivas que foram transmitidas através do trabalho doméstico de ninar, contar histórias, cantarolar que cabiam a “mãe de criação” (Chaves; Cestari; França, 2023, p. 8). Esse sintoma social, que se sustenta produzindo consciência e esquecimento, produz um retorno no real facilmente

observável na tardia discussão sobre a garantia de direitos profissionais das empregadas domésticas e babás (Chaves; Cestari; França, 2023).

A obra do psiquiatra franco-caribenho Frantz Fanon merece destaque como um dos principais pivôs da crítica decolonial direcionada à psicanálise. O autor enfatiza a inadequação dos esquemas teóricos eurocêntricos diante do real da experiência dos pacientes racializados e postula a necessidade de considerar-se uma sociogênese do sofrimento psicológico (Sevalho; Dias, 2022; Lanza, 2021). Essas limitações do esquema teórico para lidar com populações racializadas foram percebidas por 77% de uma amostra de psicólogas e psicanalistas negras brasileiras (Sousa-Duarte; Morais, 2024). Não se trata de excluir aspectos orgânicos e psicológicos, mas sim de acrescentar aspectos institucionais, sociais e culturais na análise de um quadro clínico (Sevalho; Dias, 2022). Salaberry e D'Agord (2023, p.1417-1418) chamam a atenção para a ambiguidade na forma como outros autores se apropriam dos argumentos de Fanon, ora em defesa de certo universalismo e humanismo, ora revelando a falácia desses ideais. E, deixam a seguinte ressalva:

Sua crítica ao uso da negritude e de termos como o povo negro, volta-se, portando, à imobilidade que essas categorias podem causar, dependendo de seus usos, e não a sua existência (...) Se o autor aborda o universal ou alguma possível humanidade, essa só se dá no movimento revolucionário de total abandono das categorias coloniais e dos lugares construídos pelos brancos europeus. (Salaberry; D'Agord, 2023, p.1417-1418)

Utilizar as proposições de Fanon para abolir prontamente a categoria de raça é promover uma distorção perigosa que vêm sustentando ideias como a de “*colour blindness*” ou a ideia de que “*não há raças*”, onde existe uma negligência dos impactos da racialização, disfarçada de um movimento inclusivo, operando em nome de um suposto humanismo (Ayouch, 2023). A inoperância dessa ideia para tratar questões raciais já fora apontada por Jacques Alain-Miller, o autor define as raças longe do campo de uma verdade biológica, mas sim como um efeito do discurso e seus modos de transmissão de lugares simbólicos (Guerra *et al.*, 2021). O que interessa é “a localização, o uso do gozo em um discurso que faz diferenças” (Miller, 2021 *apud* Guerra *et al.*, 2021, p. 14). Por conseguinte, pode-se entender a colonialidade como “estratégia discursiva que reveste o corpo de gozo com as predicções” (Guerra, 2024, p. 7).

Outra contribuição importante da obra de Fanon é a ideia de que o discurso colonial coloca o negro em uma zona de não-ser que ele descreve como “uma região extraordinariamente estéril e árida, uma rampa essencialmente despojada, onde um autêntico ressurgimento pode acontecer” (Fanon, 1952, p. 26 apud Salaberry; D’Agord, 2023, p. 1413). Partindo de outro ângulo, Andréa Guerra (2024) utiliza a teoria da nomeação de Lacan e a lógica predicativa para elucidar como esse discurso atinge o sujeito e seu modo de sofrer. Apoiada na obra “Tornar-se negro, devir sujeito” de Cristiane Ribeiro, a autora propõe que a nomeação em terceira pessoa, expressa na designação “ele é”, como “a mais devastadora na constituição subjetiva”, pois é capaz de “massificar, discriminar e sustentar o extermínio (...) na medida em que apaga, sob um predicado arbitrário, qualquer expressão das singularidades” (Guerra, 2024, p. 7).

Esse é um processo que ocorre no plano das predicções societárias, onde é possível localizar a alienação subjetiva aos significantes ditos civilizatórios (Guerra, 2024). O resultado desse processo é um encriptamento simbólico, a cripta, como objeto cifrado, se caracteriza pela sua opacidade. É necessário pensar se é possível promover uma “fissura na cripta” ou se deve-se “mater-nar a opacidade” para lidar com os efeitos nefastos da violência simbólica colonial (Guerra, 2024; Osman, 2024). Silva e Neto (2023), ao citarem Lacan, demonstram a necessidade de uma transformação da prática clínica, de uma ampliação contínua da práxis psicanalítica, dada a interligação da política e da constituição inconsciente. Guerra *et al.* (2021) apontam nas inscrições (gênero, sexualidade, raça, classe, etc.) que a matriz colonial do poder inscreve nas subjetividades para afirmar – como uma orientação ética da prática psicanalítica – a inclusão do maior número dessas variantes, dado que estas compõem o quadro histórico e geopolítico do sofrimento mental desses sujeitos. Por fim, alerta-se:

Recusar a historicidade do discurso e a sua inscrição política é, de todo modo, uma opção política, já que configura escolha de fazer parte de jogos de poder que favorecem a ordem e o conservadorismo, em detrimento da transformação e da criação (Ayouch, 2019 *apud* Queiroz, 2023, p. 1386).

Essa opção política é incontornável, dado o caráter constante da relação de violência opressor-oprimido, resta aos analistas decidirem com que tipo de violência vão se

comprometer: a que mantém as estruturas de opressão ou a que tenta rompê-las (Costa-Moura, 2023).

Existem diversos fenômenos culturais que servem de exemplos contemporâneos para atestar a necessidade de uma psicanálise politicamente sensível. Dentre eles, a proliferação e a institucionalização de discursos de ódio e de segregação aparecem como uma evidência forte da atual tarefa da psicanálise em se colocar a altura do mal-estar de seu tempo (Fuks; Farias, 2023; Costa-Moura, 2023; Couto, 2023; Guerra *et al.*, 2021). Como já observado, esse tipo de discurso que opera pela exclusão, pela violência material e simbólica, é um instrumento característico da colonialidade. Sendo assim, a ascensão de movimentos anti-democráticos ou anti-imigratórios, por exemplo, são uma reatualização de uma dinâmica discursiva de longa data. Esses discursos agem sempre de forma a rejeitar um gozo inassimilável do Outro, torná-lo inadmissível e normalizá-lo de acordo com seus critérios de “Bem”, esse tipo de subalternização do gozo alheio é característico dos discursos de dominação e segregação (Laurent, 2014 *apud* Guerra *et al.*, 2021). A psicanálise pode contribuir em suas análises desse tipo de discurso partindo de um reconhecimento do *narcisismo das pequenas diferenças* que permeia o laço social, para então, localizar o modo como se distribui o *gozo narcísico* através desses discursos (Fuks; Farias, 2023; Binkowski, 2023). A ideia de um “giro decolonial” de nossas epistemologias é um passo indispensável para

Nos despir das ilusões universalistas que aprisionam nossos modos de gozo na repetição dos padrões ditos “ocidentais”, que nunca chegamos a atingir, e que nos impedem de desejarmos outro destino; para nos lançar na invenção de um modo de vida nosso, que precisamos realizar. (Costa-Moura, 2023, p. 6)

O resultado produzido pela profusão desses discursos levou o psicanalista brasileiro Joel Birman a promover uma distinção entre “desamparo” e “desalento”. A primeira condição é característica da situação humana, portanto admite um movimento desejante e uma abertura ao outro. Ao passo que a segunda condição, designa “situações sociais marcadas justamente pela exclusão e pela violência” condenando o sujeito a “uma posição solipsista, sem possibilidade de apelo ao outro” (Anjos; Cardoso, 2023, p. 7). O desalento expõe o sujeito a uma “dor à deriva”, pois o priva de referências e possibilidades de

elaboração, constituindo uma “dor extraviada, portanto, de sua possibilidade de sentido” (Anjos; Cardoso, 2023, p. 7).

A dimensão política que permeia a psicanálise encontra sua materialidade na configuração da formação dos analistas. Um estudo conduzido em escolas lacanianas, argentinas e brasileiras, evidenciou uma estrutura hierárquica de produção e transmissão do saber, bem como apontou contradições nos critérios potencialmente excludentes mencionados no discurso sobre a seleção de membros (Antonio, 2015 *apud* Sevalho; Dias, 2022; Sousa-Duarte; Morais, 2024). Como bem observa Binkowski (2023), por ser uma estrutura simbólica, a psicanálise implica um alinhamento de sujeitos em torno de ideais e, consequentemente, das violências que eles carregam.

Em outro estudo, já citado anteriormente (Sousa-Duarte; Morais, 2024), 61% da amostra de psicólogas e psicanalistas negras relatou percepções de que a psicanálise é majoritariamente branca e elitizada. Além disso, uma investigação das grades curriculares de cursos de graduação e pós-graduação em psicologia revelou que raramente existem menções ao debate racial nas disciplinas obrigatórias (Santos; Schucman, 2015 *apud* Lanza, 2021). Essa lacuna na formação se manifesta nos serviços de saúde, foram entrevistados psicólogos do Sistema Único de Saúde (SUS) de Belo Horizonte e nenhum dos participantes soube citar algum tipo de consequência que o preconceito e a discriminação racial poderiam ter na saúde mental, ao passo em que todos reconheceram que não há nenhum tipo de preocupação com a atenção à saúde da população negra (Tavares; Oliveira; Lages, 2013 *apud* Lanza, 2021).

#### **4. AS ALTERNATIVAS ÉTICO-DECOLONIAIS PARA A PRÁTICA PSICANALÍTICA**

Existe uma corrente de pensamento relevante na amostra analisada, que estabelece como primeiro passo para uma prática psicanalítica decolonial, o que denominam uma “desobediência epistemológica” (Ayouch, 2023; Sousa-Duarte; Morais, 2024; Bassan; Drehmer, 2023; Lanza, 2021). Isto é, para levar a cabo o “dever de se emancipar das teorias que foram fundamentais na geração e reprodução de discursos opressores” (Lanza, 2021, p. 1153), é necessário certo grau de desobediência no processo de construção do saber.

Uma desobediência marcada por dois movimentos: o constante questionamento do lugar de Mestre ocupado por pessoas e instituições na produção discursiva sobre a psicanálise e a incessante interlocução com outros campos do saber, visando ampliar horizontes de entendimento e atuação (Costa-Moura, 2023; Tietboehl; Poli, 2023). Essa possibilidade de “reinventar o Mestre” é efeito da própria estrutura discursiva e do valor dos significantes, onde “S1 (ou o saber) depende, necessariamente, das posteriores referências de um S2 (ou o Mestre), outro em relação a este S1” trata-se então de assumir “como acessória a anterioridade de um S1”, questionando sua posição fixa, tratando todos elementos da cadeia de significantes como igualmente essenciais e, por fim, desvelando em que pontos essa lógica produz verticalidade e autoridade (Tietboehl; Poli, 2023, p. 1461).

Essa alternativa é operacionalizada por Thamy Ayouch (2023), quando o autor propõe a “epistemologia do posicionamento” e a “epistemologia da ignorância” como ferramentas úteis para operar essa desobediência epistemológica. Segundo o autor, essas ferramentas permitem “conceber a experiência com modalidade de conhecimento e o conhecimento como política de identidade” (p. 1209) e assim permitem a construção de uma prática psicanalítica epistemologicamente situada e “hibridada” em sua relação com outros campos do saber. A necessidade de constantemente reinventar o Mestre e promover uma hibridização do saber psicanalítico deriva do fato de que “os saberes majoritários não se revelam objetivos do ponto de vista das margens” (Harding, 1993, p. 53 *apud* Ayouch, 2023, p. 1201).

É importante notar que, possivelmente, esse lugar “perenemente desconfortável” de “marginalidade científica” que a própria psicanálise ocupa pode estimular mecanismos de defesa em prol de reconhecimento científico e certa resistência no encontro com saberes oriundos das margens do saber científico-ideológico ocidental (Binkowski, 2023). Sobre esse aspecto, Binkowski (2023) oferece duas figuras interessantes para pensar os locais de produção do saber psicanalítico, o psicanalista-celebridade, que goza de um lugar de discurso pretensamente legitimado por instituições e pela comunidade psicanalítica, e o psicanalista-militante, que se serve de seu lugar de fala e pertencimento para promover debates de transformação social e tentativas de articulação política.

Na tentativa de localizar os conceitos sobre os quais essa desobediência epistemológica pode incidir, encontra-se um conjunto de proposições relevantes que versam

sobre a importância do “descentramento do significante paterno” (Bassan; Drehmer, 2023; Osman, 2024; Basso; Weinmann, 2019). Os caminhos são distintos. Osman (2024), apoiada nos estudos feministas estadunidenses, propõe a noção de “perda da mãe”, relegando a figura paterna a um plano secundário em sua análise. “Perder a mãe” é uma metáfora da perda do lugar no qual a memória se constituiu e de onde era possível recuperá-la, sendo útil para pensar os reflexos do epistemicídio e da relação materialidade-maternidade (Osman, 2024).

Enquanto isso, outros autores indicam a necessidade de uma crítica “ao lugar transcendente da lei e da figura paterna” (Áran, 2009 *apud* Bassan, Drehmer, 2023, p. 48) permeada por uma constante interrogação “Pai há um, ou há um pai?” (Jerusalinsky, 1999a, p. 228 *apud* Basso, Weinmann, 2019, p. 144). Em todos casos, trata-se de colocar a ordem vigente em cheque, questionar a fixidez de figuras de autoridade na tentativa de explorar horizontes com a teoria, prescindindo da sanção de uma única Lei ou do juízo de um Pai inabalável. Esse movimento de questionamento e ampliação da teoria não deve ser concebido como uma espécie de rebeldia epistêmica, afinal não trata-se de silenciar as abordagens do centro, mas sim de favorecer as abordagens da margem (Ayouch, 2023). Um exemplo concreto desses esforços se reúne em argumentos em prol de uma *pluralização da clínica* (Mollica; Galdino, 2023; Bassan; Drehmer, 2023; Costa-Moura, 2023; Basso; Weinmann, 2019; Gondar, 2024; Maniglia; Porchat, 2024). Diversos autores encontram nos próprios limites da teoria, uma potencialidade, os conflitos derivados do encontro da psicanálise com outras concepções de mundo não devem levar à uma incompatibilidade, mas sim devem permitir uma *expansão da teoria* (Mollica; Galdino, 2023; Bassan; Drehmer, 2023; Costa-Moura, 2023; Lanza, 2021; Maniglia; Porchat, 2024). As clínicas de rua e a abertura da psicanálise para interação com coletivos são tidas como um avanço na tarefa de ocupar novos espaços e criar novas formas de fazer psicanálise que estejam “afinadas com o sofrimento individual e coletivo” (Gondar, 2024, p. 43).

Também são bons exemplos de uma ampliação valiosa da teoria a sua participação na refundação das políticas de saúde mental, de educação e de assistência social (Binkowski, 2023). Sobre a educação, a psicanálise pode contribuir oferecendo “a possibilidade de o professor ter uma relação com o saber diferente com a estabelecida por um discurso cartesiano coeso e fechado sobre o pensamento da formação docente” (Costa; Ornellas,

2023, p. 27854). O modelo racionalista pode até ser eficiente para questões pragmáticas que perpassam o campo da educação, porém não se pode perder de vista que esta é uma maneira simplista de pensar a subjetividade humana (Voltolini, 2020 *apud* Costa; Ornellas, 2023). Esse processo de expansão exige cautela, para “não refazer o percurso colonizador através de um discurso que pode ver carência onde se encontra uma diferença e, ao modo do colonizador, se atribuir a faculdade de ‘preenche-la’” (Marazina, 2005, p. 160 *apud* Basso; Weinmann, 2019, p. 149). Essa é uma ideia que se sustenta na possibilidade de *ressonância*, presente em formulações tardias de Jacques Lacan, no encontro entre diferentes línguas e, conseqüentemente, entre diferentes constelações mitológicas. Encontro que torna possível explorar “a possibilidade de que esse saber continue a ressoar com a multiplicidade das vozes dos-as analisandos-as sem que essas sejam silenciadas por uma posição sábia de expertise” (Ayouch, 2023, p. 1202).

O campo da etnopsicanálise, etnopsicologia e etnopsiquiatria corroboram essa ideia ao “reconhecer o valor heurístico dos saberes tradicionais e culturais sobre a vida e o sofrer e, em segundo, por apontar os efeitos deletérios da colonização” (Binkowski, 2023, p. 7). Sobre esse campo, reforça-se que os agenciamentos entre saberes da psicologia e da etnologia/antropologia são reflexo de uma heterogeneidade de territórios, sendo a resistência em torno desses agenciamentos um ponto característico do mundo moderno que costuma estabelecer bifurcações e crises ali onde há diferenças e heterogeneidades (Weber, 2015 *apud* Binkowski, 2023). Gondar (2024) enxerga na obra do psicanalista húngaro Sándor Ferenczi um movimento pioneiro que ousa uma mistura metodológica da psicanálise com outras disciplinas, reconhecendo em suas contribuições o valor de “libertação dos purismos, dos dogmatismos e das palavras de ordem” (p. 35). A ideia de promover uma transformação da psicanálise a partir do diálogo com outras áreas do saber e epistemologias emergentes é reiterada também por outros autores (Binkowski, 2023; Maniglia; Porchat, 2024). Ainda assim, é importante notar que não se trata de simplesmente incorporar outros saberes dentro da psicanálise, pois parte considerável da contribuição que os estudos decoloniais podem oferecer para o desenvolvimento da psicanálise se dá precisamente em sua capacidade de fazer alteridade e promover leituras críticas das estruturas psicanalíticas (Binkowski, 2023).

Um estudo exploratório, composto por 13 entrevistas com psicólogas e psicanalistas negras, permitiu observar que essa *desobediência epistemológica* é precedida por uma “desobediência ontológica”. Isto é, foi necessário para as participantes perceberem-se como negras e perceberem as marcas da branquitude no meio psicanalítico, para, posteriormente, engajarem-se em práticas psis antirracistas (Sousa-Duarte; Morais, 2024). A necessidade de ‘apontamentos ontologicamente críticos’ prévios (p. 132) já fora observada por Silva e Neto (2023) na obra de Fanon. Mais além, a investigação também constatou que das 13 entrevistadas, apenas 3 não realizaram articulações entre Psicanálise e raça em suas formações e reflexões, todas as outras indicaram ‘costuras intencionais entre Psicanálise e outras disciplinas (...) realizadas a partir da percepção de limitações da psicanálise para lidar com a materialidade da racialização e do racismo’ (Sousa-Duarte; Morais, 2024, p. 7). Isto é, quando se dá voz às subjetividades usualmente excluídas da construção simbólica do saber hegemônico, elas se fazem ouvir.

A atuação dessas psicólogas converge com a ideia, proposta pelo psicanalista francês Éric Laurent, de analista cidadão. Uma figura responsável por “promover convergências entre o discurso analítico e uma política democrática inclusiva” (Queiroz, 2023, p. 1387), atuando através de uma participação ativa no debate democrático, partindo de uma posição construída em interface com outros saberes, tomando “o inconsciente como elemento para pensar a transformação das condições sociais de desigualdade (Guerra *et al.*, 2021, p. 2). Esta é uma tarefa ética de maior importância, estabelecida com clareza nos princípios fundamentais do Código de Ética do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2005; Maniglia; Porchat, 2024). Em ressonância com a proposta clínica de Thamy Ayouch exposta anteriormente, Laurent defende que o analista deve superar o papel de “especialista da desidentificação” (p. 1387) para que assim não permaneça “limitado ao cultivo e retomada da particularidade em si. O analista deve transformá-la, também, em instrumento social” (Queiroz, 2023, p. 1387). É precisamente nesse ponto de intersecção, que pode-se situar, em algum lugar entre a proposta fanoniana de considerar uma sociogênese do sofrimento psíquico e a perspectiva de uma atuação político-identitária como possibilidade de transformação social, que Maniglia e Porchat (2024) oferecem uma saída interessante

Consideraremos, portanto, a identidade enquanto um dispositivo político de reivindicação das diferenças, de pertencimento, uma ferramenta que julgamos essencial, mesmo para a psicanálise, para a mobilização e reivindicação de direitos e para a ocupação de espaços sociais denegados há séculos a corpos dissidentes. Assumimos como dever ético pensar nas identidades a partir de um olhar interseccional, considerando os diferentes marcadores sociais (raça, classe, gênero, sexualidade, etc.) e as articulações de opressões que os atravessam (Maniglia; Porchat, 2024, p. 165).

A crítica de Ayouch (2023) se estende a Lacan e atinge o problema da técnica psicanalítica, recuperando um comentário dele sobre os analisandos Togoleses que atendeu, onde afirmava não encontrar nenhum rastro dos “usos e crenças tribais” daquelas pessoas. Para, então, levantar a hipótese de que possivelmente esses conteúdos não tenham sido formulados nas sessões devido a um silenciamento imposto pela figura do analista branco e europeu. Essa crítica reverbera uma ideia corroborada por diferentes autores sobre a necessidade de uma *escuta situada* (Ayouch, 2023; Sousa-Duarte; Morais, 2024). Em síntese, trata-se da responsabilidade do analista em considerar sua posição em relação ao analisando para além do setting analítico, considerando atravessamentos de gênero, raça, classe e outros que constituem o lugar do qual ele oferece sua escuta (Ayouch, 2023). Existe a necessidade de levar em conta os processos de violência de gênero, opressão social, exploração econômica na dimensão transferencial (Guerra, 2022 *apud* Binkowski, 2023). Identificar as lacunas no pensamento psicanalítico em relação às estruturas de opressão de gênero, classe e raça é uma forma de evitar a reprodução de uma clínica psicanalítica e uma metapsicologia atravessada por inscrições misóginas e/ou racistas (Martins, 2020). Andréa Guerra, apoiada em um referencial teórico extenso, sistematiza orientações para uma clínica psicanalítica decolonizada. Tratam-se de 6 elementos importantes articulados entre si:

(1) fissurar a cripta; (2) para isso localizar os índices de agenciamento do gozo no discurso colonial; (3) retificar o sujeito nessa língua mãe de gozo domesticada, parasitada pelo significante; (4) bem como retificar ou escrever a memória inexistente (...) (5) pois apenas a constituição da memória (inconsciente) permitirá o esquecimento; (6) donde emergir a condição de assentamento e responsabilidade do sujeito e do Outro a novos nomes para o gozo, seja em termos civilizatório, coletivo ou singular (Guerra, 2024, p. 15).

Dentro dessas considerações, observam-se importantes articulações entre os impasses epistêmicos levantados pelo pensamento decolonial frente à psicanálise, suas

implicações éticas e seus reflexos na técnica psicanalítica dentro da clínica. É uma proposta que busca articular aspectos sociais, políticos e culturais na visão de construir a possibilidade de uma atuação ética dos psicanalistas frente ao sofrimento de sujeitos colonizados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados encontrados demonstraram que existem movimentos antagônicos em relação a influência dos estudos decoloniais e de outras correntes de pensamento na construção do saber psicanalítico. Em síntese, existem grupos defensores de uma certa ortodoxia e universalidade da psicanálise, contraposto a grupos defensores de uma necessidade de constante atualização e pluralização da clínica. Os defensores do segundo grupo desvelam impasses epistêmicos importantes, dos quais destacam-se: a possível inadequação de uma constelação mitológica e uma visão de mundo euro-centrada na formação de conceitos-chave que emerge ao lidar com comunidades construídas sob discursos simbólicos completamente diferentes; a necessidade de acrescentar e contemplar uma sociogênese do sofrimento psíquico levantada por Fanon; a inevitabilidade de uma sensibilidade e um compromisso político por parte do analista; e as limitações concretas, lacunas de formação constatadas e a necessidade de suturar as lacunas provocadas pelo epistemicídio como ferramenta da colonialidade.

Diante desses impasses, existe um esforço considerável de um grupo de psicanalistas em construir alternativas que permitam uma prática psicanalítica sensível à colonialidade, alinhada com os interesses defendidos pelo segundo grupo. Esses esforços também compõem um caminho robusto que busca promover alternativas ético-metodológicas capazes de superar a reprodução dos esquemas de dominação e opressão característicos da colonialidade que se tornaram característicos dentro das instituições e grupos psicanalíticos. Dentre essas alternativas, destacam-se: a necessidade de certa desobediência epistemológica para operar um giro decolonial na práxis psicanalítica; a interlocução com outros campos do saber e uma atuação politicamente sensível como estratégias para romper com os discursos de opressão e dominação; a potencialidade contida na pluralização da clínica e na expansão

da teoria; inclusão de diversidade nas instituições de formação; e, o dever ético de oferecer uma *escuta situada*.

A produção científica em torno desse objetivo se mostrou heterogênea, bem como um debate situado de modo recente, mas com um volume de produção acadêmica considerável. Em um momento de efervescência de produções epistemológicas do sul global, faz-se necessário examinar as intersecções e os impactos das críticas na construção de um fazer psicanalítico atento e sensível à diversidade. A importância desses resultados consiste em situar, dentro de um debate tardiamente contemporâneo, as tendências e possibilidades de avanço que vêm sendo construídas. A problemática é urgente e incontornável, sendo uma responsabilidade ética do psicanalista manter-se à altura dos desafios de seu tempo.

## REFERÊNCIAS

ANJOS, Mariana da Fonseca; CARDOSO, Marta Rezende. **DA EXCLUSÃO SOCIAL AO DESALENTO: um olhar “decolonial”**. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, Rio de Janeiro, v. 26, 2023, p. e280609.

AYOUC, Thamy. **QUEM PODE FALAR NO DIVÃ? Raça e psicanálise situada**. *Estudos e pesquisas em psicologia*, Rio de Janeiro, v. 23, 2023, p. 1193-1211.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BASSAN, João Pedro Fraga; DREHMER, Luciana Balestrin Redivo. **DO COMPLEXO DE ÉDIPO À MITOLOGIA IORUBÁ: perspectivas de uma psicanálise decolonial**. *Diaphora*, Porto Alegre, v. 12, n. 1, 2023, p. 45-51.

BASSO, Fernando; WEINMANN, Amadeu de Oliveira. **CASA-GRANDE, DISCURSO DO MESTRE E SENZALA: interpretação e colonialidade**. *Revista Polis Psique*, Porto Alegre, v. 9, n. 3, 2019, p. 133-151.

BINKOWSKI, Gabriel Inticher. **PASSES E IMPASSES DAS EPISTEMOLOGIAS EMERGENTES NA PSICANÁLISE: recursos para uma reflexão a partir do campo etnopsi.** Acta Scientiarum: human and social sciences, v. 45, n. 3, 2023, p. 1-9.

CHAVES, Tyara Veriato; CESTARI, Mariana Jafet; FRANÇA, Glória. **Todo mundo fala pretuguês, principalmente quem não fala.** Revista Conexão Letras, Porto Alegre, [S. l.], v. 18, n. 29, 2023.

COSTA, Áquila Thalita Sampaio.; ORNELLAS, Maria de Lourdes Soares. **PERSPECTIVA CRÍTICA SOBRE FORMAÇÃO DOCENTE: (des)a(fios) na urdidura da leitura decolonial.** Observatório de la economía latinoamericana, [S. l.], v. 21, n. 12, 2023, p. 27846–27862.

COSTA-MOURA, Fernando. **De antagonismos, deslocamentos e grilhões.** Agora: estudos em teoria psicanalítica, Rio de Janeiro, v. 26, 2023, p. 1-9.

COUTO, Richard. **Psicanálise, segregação e questão dos povos originários brasileiros.** Revista de psicanálise Stylus, São Paulo, [S. l.], v. 1, n. 46, 2024, p.93–105.

DERRIDA, Jacques. **ESTADOS-DA-ALMA DA PSICANÁLISE: o impossível para além da soberana crueldade.** São Paulo: Escuta, 2001.

FREUD, Sigmund. **Moral sexual ‘civilizada’ e doença nervosa moderna (1908).** In: \_\_\_\_\_. ESB, v. 9, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FOUCAULT, Michel. **HISTÓRIA DA SEXUALIDADE I: a vontade de saber.** Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2024.

\_\_\_\_\_. **Lacan o “libertador” da psicanálise (1981).** \_\_\_\_\_. In: Ditos & Escritos, v. 1, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

\_\_\_\_\_. **Entrevista com Michel Foucault (1984).** \_\_\_\_ In: Ditos & Escritos, v. 1, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

FUKS, Betty; FARIAS, Ana. **DO NARCISISMO DAS PEQUENAS DIFERENÇAS AO GOZO NARCÍSICO: racismo, colonialidade, segregação, genocídio.** Estudos e Pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, 2023, p. 1271–1290.

FREITAS, G. M. T. C. M. **SEXUAL E SEXUALIDADE NA OBRA DE FREUD: um estudo bibliográfico a partir da análise de discurso.** Orientador: Andre L. Gellis. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2024.

GONDAR, Jô. **Com Ferenczi, por uma psicanálise decolonial.** Percurso, São Paulo, Brasil, v. 36, n. 73, 2025, p. 35–44.

GUERRA, Andréa Máris Campos, *et al.* **Ocupação antirracista e decolonial do espaço psicanalítico.** Quaderns de Psicologia, v. 23, n. 3, 2021, p. e1787.

GUERRA, Andréa Máris Campos. **Psicanálise Severina.** (DES)TROÇOS: revista de pensamento radical, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, 2025, p. e56176.

LACAN, Jacques. **A posição do Inconsciente (1964).** In: \_\_\_\_\_. Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. **SEMINÁRIO, LIVRO 7: a ética da psicanálise.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

LANZA, Hugo Ribeiro. **FRANTZ FANON E A PSICOLOGIA: CONTRIBUIÇÕES PARA A PRÁTICA CLÍNICA.** Estudos e Pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, dez. 2021, p. 1144-1159.

MARTINS, Alessandra Affortunati. **Uma leitura feminista decolonial de o mal-estar na civilização.** Natureza Humana, São Paulo, v. 22, n. 2, dez. 2020, p. 44-61.

MANIGLIA, Leonora Macedo; PORCHAT, Patricia. **GÊNEROS NÃO BINÁRIOS NO BRASIL: uma aproximação psicanalítica.** Revista Periódicus, Salvador, [S. l.], v. 1, n. 20, 2024, p. 158-172.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Metodologia Científica.** 8. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022.

MOLLICA, Mariana; GALDINO, Ana Paula. **O LUGAR DO SONHO E DA TEMPORALIDADE PARA POVOS INDÍGENAS: uma questão preliminar ao tratamento decolonial do inconsciente.** Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica, Rio de Janeiro, v. 26, 2023, p. e280767.

OSMAN, Elzahrã Mohamed Radwan Oma. **PERDER A MÃE: uma categoria colonial?** Trans/Form/Ação: revista de filosofia da Unesp, Marília, v. 47, n. 2, 2024, p. e02400227.

QUEIROZ, Adriana. **A QUESTÃO DA IDENTIDADE: uma articulação entre psicanálise e estudos decoloniais.** Estudos e Pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, 2023, p. 1384-1404.

SALABERRY, Ismael Leonardi; D'AGORD, Marta Regina de Leão. **Hic Sunt Dracones: algumas considerações sobre a psicanálise e a obra de Frantz Fanon.** Estudos e pesquisas em psicologia, Rio de Janeiro, v. 23, 2023, p. 1405-1426.

SAMPIERI, Roberto H.; COLLADO, Carlos F.; LUCIO, María D. P. B. **Metodologia de pesquisa.** 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SAVI, Luiza; PERELSON, Simone. **A PSICANÁLISE COMO OPERADOR DIFERENCIAL: entre decolonialidade e os estudos pós-coloniais.** *Ágora: estudos em teoria psicanalítica*, Rio de Janeiro, v. 26, 2023, p. e280673.

SEVALHO, Gil; DIAS, João Vinicius dos Santos. **FRANTZ FANON, DESCOLONIZAÇÃO E O SABER EM SAÚDE MENTAL: contribuições para a saúde coletiva brasileira.** *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, 2022, p. 937–946.

SILVA, Fernanda Soares Pereira de Carvalho; NETO, João Leite Ferreira. **A SEGREGAÇÃO PELA SINGULARIDADE: um olhar psicanalítico sobre o conceito fanoniano de zona do “não-ser”.** *Revista de psicanálise Stylus*, [S. l.], v. 1, n. 46, 2024, p. 129–137.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SOUSA-DUARTE, Fernanda; MORAIS, Ana Paula. **UMA PSICANÁLISE NEGRA: desobediências ontológicas e epistêmicas de psicólogas e psicanalistas racializadas.** *Psicologia & Sociedade*, v. 36, 2024, p. 1-15.

TIETBOEHL, Léo; POLI, Maria Cristina. **DESFAZER O MESTRE, OU REINVENTAR A ORDEM: apontamentos para uma psicanálise política.** *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, 2023, p. 1445–1465.